

VII Congresso da Associação Latino-Americana de População (ALAP) e o XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)
“Unidade e diversidade dos processos demográficos: desafios políticos para a América Latina e o Caribe em perspectiva internacional comparada”. Foz do Iguaçu (Brasil) de 17 a 22 de outubro de 2016

ÑEMOSARAMBIPA: DESLOCAMENTOS FORÇADOS ENTRE OS GUARANI DE MATO GROSSO DO SUL

COLMAN, Rosa S.
Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD.
Email: rosacolman01@yahoo.com.br

AZEVEDO, Marta
Nepo Unicamp.
Email: marta@nepo.unicamp.br

ÑEMOSARAMBIPA: DESLOCAMENTOS FORÇADOS ENTRE OS GUARANI DE MATO GROSSO DO SUL

Introdução

Uma das características principais dos Guarani é a sua mobilidade espacial. Melià (1991) aponta como um ponto de saída, ou de dispersão, hipotético desde o Rio Guaporé, afluente do rio Amazonas, ao norte das terras baixas da Bolívia e aquele em que foram encontrados por expedicionários europeus do século XVI, em que aconteceram várias migrações em diversas direções há mais de 3.000 anos. Os povos que falam línguas de origem tupi seguiram os cursos do rio Amazonas e atingiram a costa do Atlântico, enquanto os que deram origem aos Guarani, há 2000 anos, começaram uma migração que chegou até a bacia do rio Paraguai, desceu até o rio Paraná, subiu pelo leste e seguiu seus afluentes e depois até o litoral atlântico, enquanto outros grupos foram pela bacia do rio Uruguay e seus afluentes, passaram pelos divisores de águas e entraram no Jacuí, atualmente Rio Grande do Sul.

O primeiro elemento a ser considerado é a localização em um território transnacional: os Guarani estão presentes em 4 países (Bolívia, Brasil, Paraguai e Argentina). No Brasil, nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É neste amplo território que as comunidades se instalam e por onde circulam. Outra característica é o sentido cultural e mítico dessa mobilidade espacial, em busca de territórios com melhores recursos naturais, onde os Guarani possam realizar o seu jeito próprio de viver, o Guarani *Reko*. Através da mobilidade espacial eles caminham em direção à chamada “terra sem males” (*Yvy Marane’y*) (NIMUENDAJU, 1914; METRAUX, 1927 *apud* MELIÀ, 1991). Destaca-se, ainda, outro perfil do movimento, que se caracteriza como forma de solução de conflitos, desentendimentos, morte de parentes, doenças (PEREIRA, L., 2007). Além disso, há o sentido político da mobilidade espacial causada por expulsões, pelo processo de reconhecimento das terras indígenas, dos limites territoriais, do esgotamento dos recursos naturais, da construção de rodovias e de empreendimentos imobiliários. Inicialmente trato do conceito de *Ñane Retã* - o território guarani - e do conceito de Fronteira.

Tradicionalmente, os Guarani se territorializavam de acordo com vários fatores: a disponibilidade de locais com recursos naturais considerados apropriados, ou seja, locais livres de ameaças sobrenaturais; a proximidade de parentelas aliadas; a habilidade do líder em

reunir a parentela e resolver os problemas; e a incidência ou não de doenças ou mortes (PEREIRA, L., 2007).

Os Guarani trabalham com noções e conceitos próprios de fronteira, uma ideia mais sociológica e ideológica, que inclui e exclui, definindo quem pertence e quem não pertence a determinada coletividade, estabelecendo os limites a partir dos quais eles não se sentem “a gosto” (MELIÀ, 2007)¹. A prática guarani de fronteira tem relação com a ecologia, o parentesco e a economia. Nesse sentido, para Brand (*et al*, 2008, s/p.):

É importante ter presente que a discussão sobre identidade guarani remete, diretamente, para a ideia de pertencimento e para as relações de parentesco – atualizadas por filiação e descendência, memória, comunicação. São Guarani aqueles que se assumem como descendentes e que são reconhecidos como tais, sendo que a ideia de cidadania guarani específica está associada ao conceito de pertencimento. Daí a importância da concepção de território como espaço de comunicação, com as suas marcas referidas e atualizadas pela memória.

Desta forma, também as cercas e malhas viárias reconfiguram as rotas de trânsito. Segundo Melià (2007), os territórios indígenas seriam, acima de tudo, “territórios de comunicação”, prenes de memória e de história, que podem ser visualizados por marcas, tais como caminhos, casas, recursos naturais e acontecimentos específicos. Referindo-se às fronteiras guarani, Melià (2007) entende que são parte da sua identidade, remetendo para o seu modo de ser. O território é o espaço no qual as relações de parentesco, com suas complexas redes de comunicação, se reproduzem. Por isso, sob a ótica indígena, essas fronteiras podiam ser relativizadas em determinados casos, como pelos casamentos ou pelas dinâmicas de alianças. Essas redes seguem, no presente, plenamente em vigor, constituindo e desconstituindo fronteiras, entendidas como dinâmicas e não fixas.

Não faz sentido, para os Guarani, as fronteiras nacionais, embora, desde o período colonial, sua história venha sendo fortemente marcada e demarcada pelas fronteiras dos estados nacionais. Porém, é importante destacar que desde o período colonial, os Guarani buscam ignorá-las, resistindo a esse tipo de enquadramento. Durante uma viagem de intercâmbio² foi possível constatar como, para os Guarani, essas fronteiras seguem não fazendo sentido, pois todos os participantes da viagem sentiam-se e reconheciam-se como parentes (BRAND e COLMAN, 2010).

¹Relatório da Reunião sobre o projeto Os Guarani no MERCOSUL, Foz de Iguaçu, Novembro de 2007.

² No âmbito do projeto de Apoio ao Fortalecimento das Políticas Públicas entre os Guarani na região das fronteiras entre o Paraguai, Argentina e Brasil foi realizada, entre os dias 29/03 a 06/04 de 2009, uma viagem de intercâmbio entre os diversos grupos guarani, localizados no Paraguai, Argentina e Brasil.

A história de vida de um dos integrantes dessa viagem, Santiago Franco³, permite compreender bem essa afirmação. Ele nasceu no Paraguai, morou na Argentina e agora mora em Porto Alegre, no Brasil. Logo no início da viagem já se reencontrou com seu tio, Hilário Acosta, morador da Província de Misiones, ARG, outro participante da viagem, que há muito tempo não via. E, assim, em quase todas as aldeias visitadas, os participantes da iniciativa encontravam parentes e ou conhecidos.

Porém, ficou claro, também, que, apesar dos esforços dos Guarani em ignorar as fronteiras nacionais, essas interpõem dificuldades crescentes a sua circulação e a seus direitos, como bem expressa o depoimento do mesmo Santiago: “Os governos nos limitando, dividindo-nos, deixando sem espaço, negando nossos direitos!”.

Da mesma forma, outro participante, Joaquim Adiala Hara⁴, afirma: “Nós Guarani que somos Mbya, Guarani Ñandeva, Kaiowá, Paĩ Tavyterã, não somos diferentes porque sempre fomos um grande povo, com autonomia e sem fronteira. Somos os verdadeiros donos dessa imensa terra que se chama América”. Seu relato confirma a percepção guarani sobre as fronteiras nacionais.

A necessidade de, a cada momento, ter que pedir licença nas aduanas/alfândegas e comunicar a saída e entrada nos diversos países gerava uma situação de visível incômodo aos integrantes da viagem. “Por que não se tem liberdade para circular livremente nos três países?”, perguntavam eles, considerando, especialmente que, “guarani é guarani em todos os lugares”.

São, certamente, inúmeros os povos que se encontram em situação idêntica à dos Guarani, ao longo de toda a fronteira do Brasil. Podíamos citar aqui os Tikuna, Tukano e diversos outros povos no Estado do Amazonas, os Makuxi, Wapixana e Yanomami, em Roraima, e tantos outros. São povos que, em diversos momentos de nossa história, desempenharam papel relevante na garantia das fronteiras nacionais, como está bem documentado.

É relevante destacar que a maior parte dos deslocamentos espaciais transfronteiriços, envolvendo povos indígenas, referem-se a deslocamentos espaciais ou à mobilidade espacial dentro de um mesmo território ancestral, fenômeno, aliás, muito anterior às próprias fronteiras nacionais e coloniais. Esse é diretamente decorrente do fato de que as

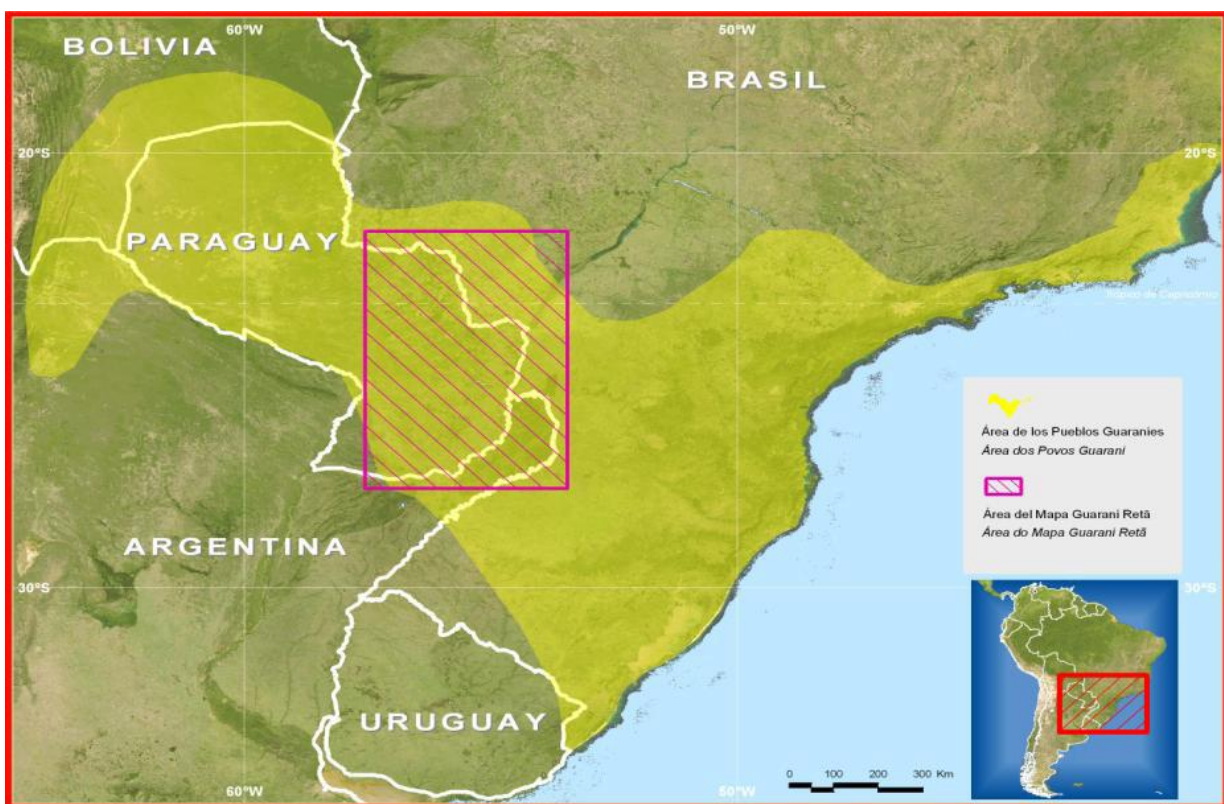
³Santiago Franco é guarani Mbya e reside no Rio Grande do Sul.

⁴Ava Guarani de Porto Lindo, Japorã/MS.

fronteiras impostas pelos Estados Nacionais ignoraram, completamente, as fronteiras territoriais indígenas, cortando e fragmentando o território de um mesmo povo. Esse é um ponto de maior relevância para as discussões sobre políticas públicas no âmbito do MERCOSUL, porque, como veremos, é esse exatamente o caso dos Guarani. Por isso, ainda segundo dados da CEPAL (2006, p. 205), trata-se de uma migração fronteiriça, sendo que nove de cada dez migrantes indígenas são de um país vizinho.

Na figura a seguir⁵ aparece a abrangência territorial dos Guarani; é neste espaço, mais ou menos delimitado, que os Guarani se deslocam e estabelecem suas relações sociais.

Abrangência territorial Guarani



Já vimos, acima, a abrangência do território guarani antes da implantação dos Estados Nacionais. Cada povo indígena tinha suas fronteiras, definidas e redefinidas através de um complexo processo, tendo como base suas concepções de território.

As fronteiras guarani, num passado relativamente recente, passaram a confrontar-se com as fronteiras dos estados nacionais e, também, com frentes econômicas de expansão

⁵ Mapa da ocupação dos Guarani na América do Sul (AZEVEDO, *et al.*, 2008). Na área rachurada, região de fronteira foi produzido um mapa Guarani Retã, em 2008. Pretende-se agora ampliar e mapear toda a área de abrangência dos Guarani, incluir o litoral brasileiro, região ocidental do Paraguai, norte da Argentina e Bolívia.

territorial, alterando essas fronteiras e desfigurando o território, mediante a imposição de novas marcas.

Constituem-se, historicamente, referenciais importantes no processo de definição e redefinição das fronteiras os acidentes geográficos – as fronteiras ecológicas – e, de maneira especial, as relações de parentesco e as complexas redes de reciprocidade e/ou disputas internas daí decorrentes. Essas redes seguem, no presente, plenamente em vigor, constituindo e desconstituindo fronteiras, sempre vistas como algo dinâmico e nunca fixo. O conceito de fronteiras fixas, rígidas, fronteiras enquanto limites, parece ser uma concepção ocidental. Sob a ótica indígena essas fronteiras podiam ser relativizadas em determinados casos, como em caso de casamentos ou pelas dinâmicas de alianças.

Na medida em que as regiões fronteiriças dos Estados Nacionais vão sendo ocupadas – transformando-se em fronteiras vivas - crescem as interferências na vida dos povos transfronteiriços, através da imposição de modelos linguísticos e educacionais distintos, bem como de sistemas de atendimento à saúde, de políticas de garantia de territórios e sua exploração.

Não existem políticas de línguas comuns nos diferentes Estados Nacionais em relação ao Guarani, ao seu uso nas escolas como língua de instrução ou como segunda língua, ao registro das variedades dialetais e à coleta de literatura oral. Políticas, eventualmente em prática, não foram suficientemente estudadas, acompanhadas e avaliadas, nem houve, tampouco, um intercâmbio de experiências entre as instâncias interessadas. Sequer se conhece com precisão os dados demográficos sobre os falantes de Guarani, sendo que diferentes fontes apresentam dados, às vezes, contraditórios.

No entanto, apesar dessa imposição dos Estados Nacionais, existe consenso entre os pesquisadores de que os Guarani seguem com suas dinâmicas internas e próprias de definição e redefinição das fronteiras culturais. Percebe-se, claramente, a persistência transfronteiriça das redes de relacionamento, através das quais os Guarani de Mato Grosso do Sul, do litoral e de outras regiões do Brasil, seguem mantendo intensas e variadas trocas com seus parentes que residem na Argentina e no Paraguai. O mesmo se verifica entre os Kaiowá e Guarani, de Mato Grosso do Sul, onde persistem, também, os deslocamentos espaciais transfronteiriços. Trata-se, claramente, da persistência de deslocamentos espaciais dentro do mesmo território guarani.

Ao analisar o fenômeno desses deslocamentos espaciais transfronteiriços, segundo dados da CEPAL (2006, p. 203), verifica-se, desde 1990, clara tendência de aumento na “migração internacional indígena” e que esse fenômeno está relacionado diretamente à situação dos territórios e dos seus recursos naturais, em especial à situação de ocupação das terras indígenas por terceiros, os não-índios, gerando um clima de muita violência. Esses são apontados como fatores que impulsionam deslocamentos espaciais temporários e/ou definitivos. Além disto, principalmente, o que se observa entre os Kaiowá e Guarani, podemos citar as políticas sociais e o processo de reconhecimento territorial como fatores de impulsão de deslocamentos.

É lógico que políticas anti-indígenas mais agressivas, verificadas em determinado país, podem motivar deslocamentos espaciais maiores para o outro lado da fronteira nacional, em busca de melhores condições de vida, ou seja, melhores condições para a vivência de sua cultura, sempre dentro do mesmo território. Por isso, em muitos casos, mesmo em se tratando de deslocamentos espaciais dentro do mesmo território tradicional, esses podem ser caracterizados, segundo a CEPAL (2006, p. 200), como mobilidade espacial forçada, porque decorrentes da total falta de condições de vida em determinado país (violência generalizada). Seguramente essa é a causa de alguns deslocamentos espaciais verificados entre os Guarani hoje.

O estudo da CEPAL destaca com propriedade que a especial vinculação aos territórios por parte dos povos indígenas representa um fator que, ao mesmo tempo que facilita deslocamentos espaciais transfronteiriços dentro do mesmo território indígena, dificulta deslocamentos espaciais para fora do território ancestral. Um segundo fator a explicar a “*menor intensidad de la inmigración internacional indígena*”, ou “*una menor propensión a migrar que las no indígenas*” (2006, p. 214), seria o fato de os povos indígenas, em decorrência de sua condição de pobreza e discriminação, apresentarem extrema vulnerabilidade.

Há, no entanto, outro aspecto referente às fronteiras no MERCOSUL, que é importante trazer para as discussões aqui em curso. Analisando a história da ocupação regional, especialmente das regiões fronteiriças entre o Brasil e Paraguai, percebe-se que essas fronteiras foram, historicamente, e ainda são, completamente permeáveis e até ignoradas quando se trata de interesses das grandes empresas transnacionais, especialmente brasileiras, na exploração dos recursos naturais.

É o que se verificou no período pós-guerra do Paraguai – no tempo da exploração dos ervais - destacando-se a aquisição pela Companhia Matte Larangeira, em 1902, de uma área de 80 mil hectares de terra, na zona do Salto Del Guairá, Paraguai.

Em períodos mais recentes houve, ainda, um importante deslocamento de colonos e de grandes empresários brasileiros, especialmente entre 1962-1972, processo amplamente conhecido no Brasil. Segundo Nickson (1976, p. 15)⁶, em 1972, no Departamento de Canindeyu, os brasileiros constituíam cerca de 43% da população total. Segundo esse mesmo autor, com a proibição de exportação de madeira não cerrada, em 1972, por parte do Paraguai, “*un floreciente comercio de contrabando de troncos se desarrolló*” na região, beneficiando os Estados brasileiros, gerando a rápida destruição das matas em toda a região que constitui o território tradicional dos Paĩ Tavyterã.

Aliás, o mesmo Nickson (1976, p. 26) destaca, com ênfase, a participação dos grandes proprietários brasileiros no processo de desalojamento de camponeses e comunidades indígenas, ocupantes tradicionais daquelas terras, processo que se agrava com a transferência da soja para essa mesma região.

Atualmente há uma profunda ligação da caminhada dos povos guarani rumo ao leste, com a formação das Terras Indígenas já existentes e com as que estão em formação. Assim como indica o relato de um ancião guarani, colhido por Ladeira (2007, p. 112):

sempre, sempre foi assim, caminhando e encontrando as aldeias e os parentes e parando e trabalhando e formando outra aldeia. E antigamente, é como hoje, existia muitas aldeias, até muito mais, que a gente ia andando e encontrando. E tem aldeia que não existe mais e agora tem outras. Mas, antes, tinha mais gente, mais aldeias e parentes nos caminhos.

A questão da mobilidade espacial guarani, conforme Ladeira (2001, p. 113), “permeia todas as discussões que envolvem a regularização das terras e atividades de subsistência”. Para os Guarani, “os movimentos fazem parte de sua noção de mundo, estando presentes desde a sua construção”. Ladeira (2001, p. 113) considera que “os deslocamentos (movimentos) dos Guarani podem ser de naturezas e motivos diversos, mas não são antagônicos, podem ser complementares e suas causas podem estar interligadas”.

Na cosmologia Mbyá, a mobilidade espacial é mais evidente, pois a dinâmica das relações sociais está estruturada nesta prática do *Oguata*. Assim, como relata um xamã mbya:

⁶ Estudo de Andrew Nickson, apresentado na Conferência sobre Desarrollo Del Amazonas em Sete Países, organizada pelo Centre of Latin American Studies, Universidad de Cambridge, nos dias 23 a 26 de setembro de 1976.

“A gente está aqui na terra não para ficar quieto, mas para se movimentar” (Mário Brissuela, in CICCARONE, 2004, p. 04).

A relação entre cosmologia guarani e mobilidade espacial é descrita por Ciccarone (2004, p. 04) da seguinte forma:

A forma de sua historicidade, e a rede dos significados da vida coletiva, são construídas na mobilidade, de maneira que os Mbyá mudam na persistência de seu estar em movimento. O movimento e sua produção no tempo/espaço mítico podem ser considerados um princípio regulador e propriedade constitutiva da concepção do seu universo, dos mundos e do desenvolvimento da existência humana, permeando a trama das narrativas inaugurais, assim como é, em suas formas históricas de dinamismo, que a sociedade Mbyá e seus indivíduos se reconhecem e constroem sua presença no mundo.

O tema da mobilidade espacial Mbyá não consiste em achar um modo tradicional de vida, mas de buscar esse modo melhor em espaço e tempo diferente do atual. A tradição estaria na procura em si. A autora sugere, ainda, que se relativize o *tekoa* enquanto uma categoria espacial e que se entenda a realização do *teko* enquanto algo que envolva certo grau de “diferenciação e individualização na vivência do próprio ‘costume’ e alterações constantes sobre o modo de vida” (PISSOLATO, 2007, p. 122).

Para além do costume tradicional, existem migrações forçadas, ou seja, casos em que comunidades inteiras, *tekoha* inteiros foram desalojados forçadamente de suas terras pelas frentes de colonização modernas, como registra Brand (1997). O relato a seguir é bastante ilustrativo:

Primeiro entraram na fazenda Califórnia, mediram tudo o mato [...]. Fomos no Botelha Guasu, demoramo um pouco, plantamo. Aí já vieram e fizeram de novo mensura [...] igual Califórnia [...] depois que os karaí [não-índios] nos expulsaram, fomos no Jukeri [outra aldeia]. Bom e aí foi de novo agrimensor e mandou embora a gente de novo e aí todos que tinha terra foram expulsos [...] Já éramo só nós, trabalhava nas fazendas, fomos trabalhar lá no Tatakua [...] depois [...] perto do Tacuru, depois saímos [...] pro Paraguai [...] Agora já não faço mais casa (Laurentino da Silva, kaiowá, antigo morador da aldeia Botelha Guasu, município de Tacuru).

A situação se agravou com a implantação de grandes propriedades voltadas para empreendimentos agropecuários e, a partir da década de 1970, com a entrada do plantio da soja e dos consequentes desmatamentos. Nas atividades de desmatamento, os próprios indígenas, por mais contraditório que possa parecer, colaboraram efetivamente. Muitas lideranças foram cooptadas e iludidas e forneceram madeiras para as serrarias e madeireiras. Essas ações estiveram no auge da atividade econômica nesse período. Os relatos indígenas indicam que caminhões e caminhões saíam das terras indígenas carregados de madeira. Essa

atividade econômica influenciou, diretamente, a situação de ‘esparramo’ e posterior confinamento dos Kaiowá e Guarani. Em Guarani, ‘esparramo’ é *mosarambipa*. Este conceito é utilizado pelos indígenas para explicar o processo de dispersão das aldeias e famílias extensas no momento em que ocorreu a implantação das fazendas de gado e correspondente perda da terra. Assim como se observa na afirmação de Brand (2000, p. 108):

No período caracterizado pelo ‘esparramo’, que vai aproximadamente de 1950 a 1970, período, também, de implantação das fazendas, inúmeras aldeias kaiowá/guarani foram destruídas e seus moradores dispersos. Famílias extensas foram desarticuladas. Evidentemente, esses moradores dispersos não encontravam mais as condições necessárias para manterem suas práticas religiosas coletivas e específicas, especialmente os rituais de iniciação dos meninos e das meninas. Por essa razão inúmeros adultos hoje não são mais portadores do *Tembeta*.

O processo de expulsão e confinamento deixou como uma das consequências, o “esparramo” (*mosarambipa*), que significou a desintegração e desestruturação social, como mostra o relato, colhido por Brand, de Don Quitito, liderança já falecida, nascido na área tradicional Ñanderu Marangatu, no Município de Antônio João, quando explicou a destruição dessa aldeia, em 1950:

[...] tempo de Getúlio Vargas, [...] tempo do general Rondon mesmo que era [...] e de noite chegou Pio Silva. Chegou e disse: eu sou patrão, eu comprei este lugar, já comprei. Agora esta fazenda é meu [...] é meu isto. Quero que vão todos daqui, falou em português. Vão todos daqui, este já é meu[...] “depois o índio foi pro Paraguai, pra Pisyry, um pouco pra Calça Cumprida, outro pouco já foi pra Dama Kuê, outro pouco pra Dourados e o restante foi pras fazendas (BRAND, 2000, p. 112).

Este fato também está descrito em Pereira (2001, p.79): “A expulsão da terra alterou profundamente as formas de relação que a população de Arroio-Korá estabelecia com outras aldeias”. Até a década de 1960 “desenvolviam intenso intercâmbio matrimonial e ritual com as populações de Canta Galo (Karaja Yvy), Sete Cerros, Samakuã, Taquaral, Yvykuarusu e Pirajuí, e no Paraguai se relacionavam, principalmente, com a Colônia Comunidad” (PEREIRA, L., 2001, p.80). Segundo este autor, “com a dispersão da população, as famílias passaram a compor novas alianças com a população das localidades onde se instalaram, entrando em outras redes de trocas matrimoniais, arranjos políticos e religiosos”. Pereira conclui que “novos fatores históricos alteraram assim a constituição dessas redes de apoio mútuo e a própria composição das parentelas” (PEREIRA, L., 2001, p.80).

Para Levi Pereira⁷, é preciso observar a temporalidade e a ecologia nos deslocamentos espaciais dos Guarani. Este autor afirma que, no território dos Kaiowá de Mato Grosso do Sul e Paraguai, houve situações parecidas de desmatamentos e entrada da soja nos dois países, mas em períodos diferentes. Na década de 1970 e 1980, quando se acirraram os problemas fundiários nesta região, muitos Guarani e Kaiowá se viram forçados a viver no Paraguai. E na década de 1990, quando este fato ocorreu no Paraguai, em que os sojeiros brasileiros entraram no país vizinho, expulsando os Guarani de suas terras, muitos destes se viram obrigados a mudar para o Brasil.

Esta situação foi observada por Levi Pereira (2001) no estudo de identificação da TI de Arroyo Kora (Paranhos, MS), em que cita vários relatos dessas idas e vindas dos Guarani do Paraguai para o Brasil e vice e versa. Como exemplo citado por Pereira:

Alberto Tapari foi assassinado no Paraguai em 1977, para onde tinha sido levado para trabalhar como peão. Foi expulso da cabeceira Tonguery por volta de 1970 por um fazendeiro de nome Júlio Nunes. Uma de suas filhas está enterrada nessa cabeceira. Os filhos estão morando no Paraguai, na Colônia Comunidad e estão dispostos a retornar para o Arroio-Korá, tão logo a terra seja demarcada. Alberto era sobrinho de Ricardo (PEREIRA, L., 2001, p. 46).

Este autor (2001, p.80) considera que “várias das antigas aldeias com as quais se relacionavam também perderam suas terras no mesmo período, isto aconteceu com Samakuã, Taquaral, Sete Cerros (já reocupada) e Karaja Yvy”. E segue explicando as consequências das expulsões: “A desarticulação dessas aldeias representou duro golpe nas redes de trocas e alianças que existiam entre elas. Dispersas, essas populações tiveram que entrar em novas alianças para tornar viável sua permanência nos novos locais de residência”. E cita, como exemplo, a situação de uma anciã kaiowá, de nome Mamerta: “com a expulsão de Arroio-Korá, morou por muitos anos na Colônia Comunidad no Paraguai, retornou para o Brasil quando saiu a demarcação de Sete Cerros, de onde planejaram o retorno para Arroio-Korá” (PEREIRA, L., 2001, p.80).

Hoje em dia, além das expulsões violentas dos seus territórios tradicionais, existe um tipo de migração pendular forçada, que são os trabalhos assalariados fora das aldeias, em muitos casos uma ida e vinda das usinas no mesmo dia, outras vezes viagens a trabalho que duram um ou mais meses. Esse tipo de trabalho fora das comunidades tornou-se praticamente o único meio de sobrevivência desse grupo Guarani, principalmente em Mato Grosso do Sul.

⁷ Em conversa informal, Dourados, MS, junho de 2014.

Nesse sentido, Levi Pereira (2001, p. 77) considera que “a mobilidade do trabalho volante ou *changa*, como é denominada regionalmente, lhes dá a sensação de controle sobre o território. Um controle ilusório, mas que lhes permite seguir operando com os conhecimentos próprios ao modo de ser guarani”.

Com relação à intensidade das relações com a sociedade envolvente, Pereira (2001, p. 79) sinaliza que “esta intensidade é maior entre os homens jovens, que estão mais expostos ao contato e que, pela própria divisão do trabalho, possuem maior mobilidade espacial”.

É preciso ter claro que os processos de deslocamentos espaciais ocorrem de forma diferenciada entre os Guarani e seus diferentes povos ou subgrupos, como considera Levi Pereira (2001, p.18):

A migração apresenta-se de forma diferenciada nos subgrupos guarani que vivem no Brasil: 1) entre os Kaiowá e os Nandeva ocorre o abandono dessa prática a partir do XIX. Assim, o movimento coletivo das migrações que reuniam centenas e até milhares de pessoas (coletividade), deslocando-se pelo território (horizontalidade), foi substituído pela busca individualizada (individualismo) da perfeição religiosa via ascetismo (verticalidade); 2) os Mby'a, ao contrário, mantiveram grande parte das características originais da tradição migratória.

Nimuendaju (1987, p.31) descreveu que, na primeira década do século XX, ocorria a última migração envolvendo os Guarani de MS, os quais teriam saído das “proximidades do Rio Iguatemi e conduzidos por um Karáí (“vocábulo com que honraram seus feiticeiros”, Montoya, 1876), dirigiam-se rumo leste em busca de uma ‘terra sem mal’”.

Segundo Pereira (2001, p.19), “com o término das migrações, os Guarani de MS mantiveram-se no território em que hoje se encontram, habitando seus *tekoha*”. Mas não se descarta a ocorrência de uma mobilidade espacial que atualmente acontece “dentro do território onde estão distribuídas as aldeias-*tekoha*, através dos mecanismos que regulam a circulação de pessoas entre aldeias, especificamente, casamentos, alianças políticas e religiosas”.

O relato, a seguir, de uma mulher xamã de mais de 60 anos, que vive atualmente na reserva de Dourados, ilustra muito bem a situação descrita por Pereira (2007), ao afirmar que o modelo político criado na reserva é fator preponderante na decisão de fogos e parentelas de cederem às pressões para abandonar seus lugares de origem e se mudarem para esses locais:

Antes eu vivia no *Guyraroká*, nas margens do córrego *Karacu*, meus parentes sempre viveram lá, mas não tinha assistência, o fazendeiro veio, ocupou e aí mandava a gente sair, **dizia que lugar de índio agora era na reserva**, os parentes já tinham saído quase tudo. Aí veio parente meu que morava na reserva, junto com Funai e disseram que não era bom morar sozinho na fazenda, melhor mudar para reserva, ia ter **assistência do governo, ajuda de saúde, escola, semente, ferramenta**. Aí eu pensei..., melhor mudar..., e fui para a reserva de Dourados, eu era nova, viúva com dois filhos (PEREIRA, L., 2007, p.11).

Pereira também indica que o período inicial da ocupação agropecuária intensificou muito a fragmentação das aldeias e o deslocamento da população. Na consideração de Pereira isto se deve, provavelmente, à intensificação das mortes provocadas pelas epidemias. “O motor do deslocamento era, na maioria das vezes, o conflito entre parentelas, e ele se intensifica com a chegada dos novos ocupantes da terra” (PEREIRA, L., 2007, p.10). Aos poucos, essa população foi se “acomodando nas reservas”, à medida que não tinha mais onde se estabelecer.

No entendimento de Levi Pereira (2007, p.11), “a compreensão sobre o crescimento demográfico de reservas, como a de Dourados, deve ser buscada também na presença das agências indigenistas, na forma de sua atuação e nos recursos de que dispunham”. Para este autor, a proximidade das reservas mais populosas com centros urbanos é “um forte indicativo do poder atrativo exercido pela possibilidade, real ou imaginada, de acesso a recursos e assistência social”.

Nesse sentido Levi Pereira (2007) informa que A reserva de Dourados comportou, desde a década de 1920, considerável infraestrutura de agências indigenistas. Isto facilitou o acesso a ferramentas, remédios e outros bens industrializados para muitas famílias que para lá se recolheram. Forçados a viverem em áreas de “acomodação” e impossibilitados de seguirem vivendo em parentelas dispersas, segundo a configuração de redes de alianças flexíveis e instáveis, os Kaiowá incorporam a presença indigenista. A situação de reserva instaura um novo padrão de assentamento. Nele, as autoridades externas ocupam o centro da vida política. Na reserva se geram figurações sociais inteiramente novas, instituídas como respostas adaptativas às condições históricas às quais a maior parte da população kaiowá se submeteu de maneira compulsória.

Na realidade dos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul, segundo Levi Pereira (2007, p. 6), a situação de reserva, imposta pelo SPI a partir de 1928, “altera profundamente o padrão tradicional de assentamento das parentelas e aldeias”. Antes da ocupação colonial, a

população kaiowá se territorializava de acordo com vários elementos como a disponibilidade de locais considerados

apropriados por comportarem recursos naturais para o estabelecimento da residência, pois, como disse o líder político de uma reserva, ‘antigamente o índio sempre procurava o lugar bom para morar, onde tinha mato bom, água boa’, ou seja, há um conjunto de fatores ecológicos influenciando tal escolha (PEREIRA, L., 2007, p. 6).

Além disso, os Kaiowá, tradicionalmente, consideravam outro elemento importante para estabelecerem residência: “o local tinha que estar livre de ameaças sobrenaturais, como espíritos maus ou mortos ilustres recentes”. Pereira (2007, p. 6) ainda destaca como elementos necessários:

a proximidade de parentelas aliadas, com as quais era possível fazer festas e rituais religiosos, sendo a rivalidade com os vizinhos um acontecimento suficiente para provocar a migração; a capacidade do cabeça de parentela e do líder da aldeia de conduzir eficazmente a vida comunitária, ou seja, de demonstrar habilidade para unir os parentes e resolver problemas de convivência entre os fogos domésticos; e, ainda, a incidência ou não de doenças ou mortes repentinas provocadas por causas consideradas não-naturais (PEREIRA, L., 2007, p. 6).

Da situação de reserva descrita anteriormente é que “a intensidade de mobilidade dos assentamentos e a maior ou menor proximidade social e espacial entre eles estava conectada a fatores ambientais, sociológicos e cosmológicos” (PEREIRA, L., 2007, p.6). A forma como se deu a ocupação agropastoril interrompeu essa dinâmica. É a partir de então que, para o autor, “a reserva institui novos espaços de produção das relações sociais, interferindo em todos os campos da existência das comunidades kaiowá aí reunidas” (PEREIRA, L., 2007, p.6). Nas últimas décadas, a realidade nas reservas está tão complexa que vem desafiando diversos pesquisadores a “formular conceitos e modelos explicativos para dar conta das implicações sociais dessa realidade de assentamento” (PEREIRA, L., 2007, p.6).

Considerações finais

A partir dos anos 1990 trabalhos importantíssimos começaram a mostrar que os territórios guarani foram todos suprimidos, e que eles foram confinados (BRAND, 1997). O processo de expulsão e confinamento deixou como uma das consequências, o “esparramo” (*mosarambipa*), que significou a desintegração e desestruturação social (BRAND, 2000). E que, para além do costume tradicional do *Oguata*, existem migrações forçadas, ou seja, casos em que comunidades inteiras, *tekoha* inteiros foram desalojados, forçadamente, de suas terras pelas frentes de colonização modernas.

A questão da abrangência territorial (Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil) é destaque neste artigo porque a prática guarani de fronteira tem relação com a ecologia, o parentesco e a economia baseada na reciprocidade. No entanto, de forma cada vez mais clara, verifica-se os mesmos problemas enfrentados pelos Guarani, independente do lado da fronteira em que estejam: fome e violência, decorrentes da perda sistemática dos territórios tradicionais e do total confinamento em espaços insuficientes para a sua vida. Constata-se que há entre os Guarani e Kaiowá, do Brasil, um aumento assustador da violência, incluindo elevados índices de suicídio, desnutrição e outras formas de manifestação de violência. Rapidamente, os mesmos problemas vêm atingindo os Guarani residentes nos outros países do Mercosul.

Mas não é só violência. Uma característica da mobilidade espacial guarani é o sentido cultural e mítico do *Oguata* guarani, em busca de territórios com melhores recursos naturais, a chamada “terra sem males” (*Yvy Marane’y*), onde os Guarani podem realizar o seu jeito de ser e de viver (*Guarani Reko*). Destaca-se, ainda, outro perfil deste movimento, que se caracteriza como forma de solução de conflitos, desentendimentos, morte de parentes, doenças. Além disso, há o sentido político da mobilidade espacial causada por expulsões, pelo processo de reconhecimento das terras indígenas, os limites territoriais, esgotamento dos recursos naturais, construção de rodovias e empreendimentos imobiliários. Tradicionalmente, os Guarani se territorializavam de acordo com vários fatores: a disponibilidade de locais com recursos naturais considerados apropriados, ou seja, locais livres de ameaças sobrenaturais; a proximidade de parentelas aliadas; a habilidade do líder em reunir a parentela e resolver os problemas; e a incidência ou não de doenças ou mortes (PEREIRA, L.,2007).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M.; BRAND, A.; HECK, E. ; PEREIRA, L. e MELIÀ, B. **Guarani Retã**. Povos Guarani na Fronteira, Argentina, Paraguai, Brasil. São Paulo/Brasil: Centro de Trabalho Indigenista, 2008.

BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC/RS, 1997.

BRAND, A. J. e COLMAN, Rosa S. Os Guarani na fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina: uma viagem de intercâmbio Guarani. In: **Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia**. 01 a 04 de agosto de 2010. Belém/Pará. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt_21/abi.pdf (Acessado em 12.03.2014).

BRAND, A. J. ; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de; FERREIRA, Eva Maria L; COLMAN, Rosa Sebastiana e SOUSA, N. M. de. As Fronteiras Guarani na Província do MT (1749-1910). In: **II Seminário Internacional América Platina**. Dialogo Regional e Dilemas

Contemporâneos. v. 1. Campo Grande: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008.

_____. Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento: a ‘entrada dos nossos contrários’. In: CIMI/MS; Comissão Pró-Índio de São Paulo; MPF/3ª Região. **Conflitos de direitos sobre as terras Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul**. p. 93-131. São Paulo: Palas Athena, 2000.

COLMAN, Rosa Sebastiana. **Guarani *retã* e mobilidade espacial guarani**: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani – Campinas, SP . Tese de Doutorado, 2015.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Publicación de las Naciones Unidas. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

CICCARONE, Celeste. Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbyá. In: **Revista de Índias**. vol. LXIV, n 230, p. 81-96. Vitória/ES: 2004.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a Luz- O território Mbyá à beira do oceano**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

MELIÀ, Bartomeu. **Rostro índio de Dios** – los ameríndios cristianos. Quito: Abya Yala, 1991.

NICKSON, Andrew. **Colonización Brasileña en La Region Fronteriza Oriental del Paraguay**. Conferencia sobre Desarrollo del Amazonas en siete Países. Universidad de Cambridge/Centre of Latin American Studies. 23 a 26 de set. 1976.

NIMUENDAJÚ, Curt Unkel. **As Lendas de Criação e Destruição do Mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/ Universidade de São Paulo, [1917]1987.

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e Processos de Territorialização entre os kaiowá Atuais. In: **Revista História em Reflexão** (Revista eletrônica). Vol. 1 n. 1 Dourados: UFGD, Jan/Jun 2007. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/490/360>

(Acessado em 28/01/2013).

_____. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Arroio-Korá**. Município de Paranhos, Mato Grosso do Sul. Documentação FUNAI. Brasília: FUNAI, 2001 (mimeo).

PISSOLATO, Elizabeth de Paula. **A duração da pessoa**: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani). São Paulo: Editora da UNESP, 2007.